

ARTIGOS

AVANÇO NO REGIME TRIBUTÁRIO GAÚCHO

GILBERTO CREMONESE

Presidente do Sindigêneros de Santa Maria



Em dezembro de 2019, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Decreto nº 54.938, instituiu o Regime Optativo de Tributação da Substituição Tributária (ROT-ST), cujo objetivo, conforme o que foi declarado pelo secretário estadual da época, foi simplificar para as empresas e para o fisco gaúcho o cumprimento de obrigações acessórias. A partir de então, por se tratar de um decreto, o Estado do Rio Grande do Sul, ano a ano, vinha modificando e inovando as normas da substituição tributária, porquanto ficava a critério do governo do Estado a instituição ou não do ROT-ST.

Referida instabilidade trazia, anualmente, insegurança aos contribuintes que, de certa forma, dependiam das decisões do governo acerca da instituição ou não do ROT-ST.

Diante desse contexto, a Assembleia Legislativa aprovou em 5 de abril passado o Projeto

de Lei nº 281/2020. Assim, em vista das incorrências de discussões anuais sobre o tema, independente da linha de atuação do governo estadual, o contribuinte passa a ter o direito à adesão ao programa assegurado em lei, ocasionando verdadeira segurança jurídica para as empresas em razão da expressa previsibilidade na legislação gaúcha.

Hoje se perde muito tempo e dinheiro procurando atender ao emaranhado de leis existentes

A substituição tributária veio para simplificar e tornar mais justo o pagamento de ICMS de parte de todas as empresas. No entanto, estamos vendo atual-

mente a volta da cobrança na forma anterior à ST de muitos produtos, onerando sobremaneira os consumidores gaúchos, pois o que se vê é um expressivo aumento da carga tributária. Aproveitamos para sugerir aos senhores deputados, deputadas e ao governo estadual que todos os produtos sejam tributados pelo regime da substituição tributária.

Precisamos simplificar a vida das empresas, pois hoje se perde muito tempo e dinheiro procurando atender ao emaranhado de leis existentes e mais as implementadas diariamente. Por isso, é urgente e necessária uma ampla reforma tributária federal, nos Estados e municípios.

Esta lei aprovada pela Assembleia gaúcha e com a concordância do governo estadual tem o nosso total apoio e os nossos agradecimentos.

Que essas medidas sirvam de exemplo ao país como um todo.

DEGRAUS PARA A CONVERGÊNCIA

IRO SCHÜNKE

Diretor-presidente do Instituto Crescer Legal



Não há dúvidas de que vivemos em uma sociedade polarizada, em que algumas divergências parecem insuperáveis. Mas um tema parece ser consenso, independente do espectro político ou partidário: a urgência de impulsionarmos a educação desde a mais tenra infância e de ofertar oportunidades de qualificação para aqueles que já passaram pela educação fundamental.

Em uma conversa recente, falando exatamente sobre este tema, fui lembrado sobre a escada Maslow, conhecida também como “a teoria da motivação humana”. Proposta em 1943, por Abraham Maslow, trata-se de uma espécie de hierarquia para as necessidades humanas, classificando-as em cinco categorias: fisiológica, segurança, afeto e realização pessoal.

Para chegar ao topo da pirâmide de Maslow, no degrau da realização pessoal, o sujeito precisaria necessariamente sanar os degraus anteriores, o que aconteceria, segundo ele, somente com a maturidade e a experiência. Lá estão as

necessidades de crescimento, onde o potencial individual se une à autonomia, à independência e ao autocontrole. Lá também encontramos a capacidade para solucionar problemas. E aqui endereço meu propósito.

Vi nesta pirâmide muito da atuação do setor do tabaco no combate ao trabalho infantil e da minha própria atuação nesta caminhada. No enfrentamento do problema que atinge toda a sociedade e os setores produtivos, atendemos às necessidades mais urgentes, como abrir estradas, disponibilizar transporte e conscientizar produtores. Mais recentemente, depois de quase três décadas de atuação, fundamos o Instituto Crescer Legal, resultado direto de um esforço conjunto para resolver um problema comum: a ausência de oportunidades para os adolescentes rurais.

O instituto completou sete anos no dia 23 de abril e já temos a sensação de dever cumprido, com quase 600 jovens formados em nosso curso de gestão e empreendedorismo. Mas vemos muito mais a ser feito, muitas oportunidades e vidas a serem tocadas pela proposta inovadora e já nacionalmente reconhecida do nosso Programa de Aprendizagem Profissional Rural.

No próximo 28 de abril, dia da educação, lembremos de tudo o que é convergente e dessa futura geração que, muitas vezes, só precisa de uma oportunidade para mostrar seu valor. E que consigamos todos chegar ao topo: porque quem realiza para o outro, realiza para si mesmo.

No enfrentamento do problema que atinge toda a sociedade e os setores produtivos, atendemos às necessidades mais urgentes, como abrir estradas, disponibilizar transporte e conscientizar produtores

ÍNDICE DE 6% É REVOLTANTE

SAULO FELIPE BASSO DOS SANTOS

Presidente da Amapergs Sindicato



O RS possui 7,5 mil servidores penitenciários. Desse total, 6 mil estão na ativa e atuam em uma das áreas mais sensíveis da segurança pública: as casas prisionais. Com um déficit de efetivo que chega a 50%, são esses trabalhadores que precisam controlar facções, traficantes, homicidas em 153 casas prisionais do Estado que estão longe de ser modelos. Pelo contrário, em sua maioria, são improvisadas, pequenas, superlotadas por total falta de investimento por parte do Estado. Trata-se de um trabalho que cobra seu preço. Tanto é que no Brasil, a média de vida do servidor penitenciário é 52 anos, sendo que a aposentadoria só ocorre após os 55 anos.

Durante toda a pandemia de coronavírus foram os servidores penitenciários, bem como os demais profissionais da área da segurança pública do RS, que estiveram na linha de frente. Enquanto todos estavam em casa,

preservando-se e esperando a vacina, os servidores da segurança estavam nas ruas, cumprindo com seu dever. Novamente, isso cobrou seu preço. O serviço psiquiátrico da Susepe apresentou aumento de 50% nos atendimentos, desde o início da pandemia de coronavírus, em 2020 e

Durante toda a pandemia de coronavírus foram os servidores penitenciários que estiveram na linha de frente

2021. Além disso, nesse período, dezenas de colegas morreram devido à covid-19. Sem contar centenas que foram contaminados, que levaram a doença para seus familiares e que sofrem com sequelas até hoje.

Mas isso tudo não bastou para

sensibilizar o agora ex-governador Eduardo Leite e seu sucessor, o delegado Ranolfo Vieira Jr. – esse último oriundo da área da segurança pública –, a conceder uma recomposição da inflação que, de fato, valorizasse os servidores da área da segurança. Somente no governo Leite, os servidores penitenciários, que precisam comprar sua própria arma, pois o Estado não fornece, já acumulam 20% de defasagem salarial. Dada a inflação acumulada, dois terços do salário do servidor penitenciário foram perdidos nos últimos oito anos. Isto é, mais de 60% da remuneração derreteu.

Diante desse cenário, o mínimo aceitável e racional, pelo menos para os servidores da segurança, seria um índice de 20%, que são as perdas acumuladas nos últimos três anos do governo Leite. Índice de 6% é, na visão da Amapergs Sindicato, aviltante, revoltante, um deboche.